

CERTIDÃO CRIMINAL Nº: 2728136
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** distribuídas nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES CRIMINAIS**, com condenação transitada em julgado, contra:

NOME: FABIO DE FREITAS DAMIAN
CPF: 040.582.959-02
RG: 4586962
Órgão expedidor: Ssp
Nome da mãe: Marilda de Freitas Damian
Nome do pai: José Bardini Damian
Data de nascimento: 01/04/1984
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteiro(a)
País endereço residencial : BRASIL
Estado endereço residencial : SANTA CATARINA
Município endereço residencial : TREZE DE MAIO
Endereço residencial : Estrada Geral São Luiz

Certidão emitida às 13:00 de 08/08/2024.

Nos termos do art. 8º, § 1º. inciso I, da Resolução n. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça, **consta(m) o(s) seguinte(s) processo(s) em tramitação**, sem sentença condenatória transitada em julgado:

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
5001998-96.2023.8.24.0282	Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal	Penal - Maria da Penha	Juízo da 2ª Vara da Comarca de Jaguaruna	SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
5003140-38.2023.8.24.0282	Ação Penal - Procedimento Sumário	Penal Comum	Juízo da 2ª Vara da Comarca de Jaguaruna	MOVIMENTO

- a) A pesquisa analisa o registro eletrônico de processos criminais em geral, inclusive os protocolados no âmbito dos juizados especiais criminais, das turmas recursais e da Justiça Militar.
- b) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.
- c) Certidão expedida gratuitamente nos termos da Resolução n. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.
- d) A presente certidão não abrange os processos em tramitação ou arquivados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

